



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

A DISTÂNCIA DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Juliana Iglesias Melim¹

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados ainda preliminares da pesquisa do projeto de doutorado em Serviço Social que tem como objetivo analisar a relação trabalho e formação profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade, destacando, o ensino de graduação à distância.

Palavras-chaves: Serviço social. Formação profissional. Educação à distância.

DISTANCE EDUCATION : REFLECTIONS FOR SOCIAL WORK BRAZILIAN

Abstract

This paper presents the still preliminary results of the doctoral research project in Social Work which aims to analyze the relation between work and training of social workers in the contemporary world, highlighting the undergraduate distance learning.

Keywords: Social work. Education. Distance education.

INTRODUÇÃO

O trabalho e a formação profissional do assistente social tem sido tema presente na agenda da categoria, e vem ganhando centralidade crescente nos debates de profissionais, estudantes e pesquisadores do Serviço Social brasileiro. Tal centralidade sinaliza a relevância do aprofundamento de estudos e pesquisas que desvendem o movimento e as contradições dos processos pelos quais a profissão particulariza as expressões das leis tendenciais do capitalismo num dado momento histórico.

As transformações na dinâmica do capitalismo contemporâneo afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos, além de provocarem redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e desafios ao trabalho e à formação profissional do assistente social. Assim, o crescimento dos cursos de Serviço Social, sobretudo através da modalidade de graduação à distância, tem acontecido no mesmo lapso temporal que a expansão dos postos de trabalho,

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <juliana_melim@yahoo.com.br>.

especialmente com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), evidenciando processos de precarização que atingem tanto o trabalho quanto a formação profissional.

Diante deste contexto, pretende-se, através do desenvolvimento do presente artigo, esquadrihar dois campos intimamente interligados: de um lado, uma frente ainda pouco explorada do estudo aprofundado sobre a expansão do ensino de graduação à distância em Serviço Social, lançando luzes sobre o perfil profissional que vai se gestando no contexto de crise do capital, de contrarreforma do Estado brasileiro e novas configurações da política social; especialmente da política de educação superior; de outro lado, aquela constituída pelo esforço interpretativo de compreender as atuais condições e requisições postas ao trabalho dos assistentes sociais brasileiros.

Compreende-se que a reflexão teórica sobre estas questões nos exige apreender diversas dimensões da realidade concreta, como: o perfil de trabalhador que vem se gestando tendo em vista atender às necessidades do capital de se valorizar; o perfil de assistentes sociais que vem sendo formado para este mesmo fim; as configurações da política social, reconhecida aqui como base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social; as características do ensino superior e as contradições que se colocam para a formação profissional em Serviço Social; a descoberta do curso de Serviço Social como nicho de valorização e sua relação com a demanda de mercado, considerando o formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes na contemporaneidade. Nesse contexto, os caminhos e descaminhos do trabalho e da formação profissional dos assistentes sociais só podem ser analisados em sua densidade histórica no contexto da ordem capitalista e da luta de classes. Dessa forma, as reflexões que serão explicitadas neste artigo nos indicam haver a necessidade de captar a lógica constitutiva dos processos históricos de forma mais aprofundada. Como a conjuntura atual não hegemoniza forças de ruptura com a ordem vigente – o sistema capitalista – o debate sobre o trabalho e a formação profissional dos assistentes sociais não pode abstrair as condições concretas desse sistema.

DESENVOLVIMENTO

O ponto de partida para a análise do Serviço Social é o de que a profissão é um produto histórico, tanto indissociável das particularidades assumidas pela formação e

desenvolvimento da sociedade brasileira no âmbito da economia mundial e da divisão internacional do trabalho, quanto resultante da ação dos sujeitos sociais que desenham sua trajetória e redirecionam seus rumos (IAMAMOTO, 2012).

Compreende-se que o Serviço Social consiste em uma profissão que se inscreveu na divisão social e técnica do trabalho em um determinado momento histórico do capitalismo, mais especificamente em sua fase conhecida como monopolista, para responder necessidades e interesses que garantissem a reprodução social da ordem vigente. Assim, considerando a historicidade da profissão, podemos afirmar que ela se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, resultado de determinantes macrossociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional. Dessa forma, concordamos com a perspectiva histórico-crítica que entende

[...] o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à 'questão social'. (MONTAÑO, 2011, p. 30).

Dessa maneira, a profissão somente pode ser compreendida a partir do lugar que ocupa na divisão social e técnica do trabalho, cujo espaço sócio ocupacional é dado pelas políticas sociais². No entanto, é necessário destacar que toda profissão é, também resultado da ação dos sujeitos individuais e coletivos que atuam no interior da mesma.

A partir dessa perspectiva, as reflexões sobre a formação e o trabalho do assistente social na atualidade exigem que voltemos a atenção para o atual momento histórico, observando as mudanças no padrão de acumulação e regulação social, nos marcos da mundialização e financeirização do capital, e a maneira como estes processos incidem no Brasil diante de sua inserção dependente na economia mundial. Sabe-se que este movimento vem provocando profundas mudanças na produção de bens e serviços, nas formas de organização e gestão do trabalho e na forma como os direitos sociais vêm sendo (ou não) garantidos.

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a

² Aqui recai, pois, a base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social (cf. MONTAÑO, C. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 53, 1997:

sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*. (ANTUNES, 2006, p.23).

Os anos de 1980 foi uma década de grande avanço tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica dominaram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. O toyotismo penetrou, combinando-se ou mesmo substituindo o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Passamos a vivenciar novas formas de produção, cujos desdobramentos foram e ainda são também agudos, no que se refere aos direitos do trabalho. Estes passam a ser desregulamentados e flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores foram substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminuiu-se ou mesclaram-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2006).

Neste contexto, a acumulação flexível se consolidada enquanto forma de organização da produção no capitalismo contemporâneo marcando um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se sustenta na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Possibilita o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível apresenta rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento do emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então localizadas na periferia da economia mundial (HARVEY, 1992).

A introdução das novas tecnologias geraram excedentes de força de trabalho, que tornaram o retorno de estratégias absolutas de mais-valia, mais viável mesmo nos países capitalistas avançados. A superexploração, do trabalho em casa, bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho no setor informal por todo o mundo capitalista, representa o ataque ao trabalho com direitos. É possível observar ainda altos índices de desemprego estrutural e retrocesso na ação sindical, ou seja, toda essa processualidade própria da dinâmica de valorização do capital garantiu as condições

sociais favoráveis para a deteriorização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, o individualismo exacerbado e a competitividade.

Essas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais, etc..., dos diversos países onde são vivenciadas, afetam diretamente a classe trabalhadora, acarretando fortes mudanças no *ser do trabalho* (ANTUNES, 2006).

Assim, para atender às exigências do mercado um novo perfil de trabalhador vai se gestando. É necessário que a produção se sustente num processo produtivo flexível, que permita ao trabalhador executar várias atividades ao mesmo tempo. É a chamada polivalência do trabalhador, que favorece a desespecialização e valoriza a figura do trabalhador multifuncional.

Outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. (ANTUNES, 2006, p. 36).

Ou seja, os novos valores propagados pelo mundo do capital não envolvem apenas a esfera da produção e os operários fabris. Todas essas metamorfoses envolvem, de modo mediato, o conjunto das relações sociais, incluindo, dentre outras especializações do trabalho coletivo, o Serviço Social, visto que a profissão acompanha este movimento e dele recebe influências, ou seja, a profissão particulariza os determinantes histórico-universais.

Além disso, pode-se dizer que existe uma relação direta entre precarização e diversas formas de flexibilização do trabalho e dos direitos. A precarização do trabalho e a flexibilização dos direitos são as mudanças mais visíveis de um período de hegemonia do capital financeiro e de enfraquecimento da classe trabalhadora. Mas, relacionada a esta engrenagem está também o enfrentamento da chamada questão social com pobres políticas para pobres, políticas focalizadas e voltadas para a redução da pobreza absoluta (GUERRA, 2011).

Ora, esse contexto altera a demanda de trabalho do Assistente Social, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se uma ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos rateios de acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do nosso

exercício profissional, porque ele se efetiva pela mediação das condições do assalariamento. (IAMAMOTO, 2012, p. 40).

Com isso os assistentes sociais também sofrem os efeitos da intensificação do trabalho, da polivalência, da redução dos programas sociais e benefícios, da focalização desses programas, das exigências de requalificação da força de trabalho, da desregulamentação, da desprofissionalização e da competitividade.

Neste debate sobre o trabalho profissional ainda podemos destacar a ampliação dos cargos genéricos, que contribui para a diluição das particularidades profissionais; o envolvimento de assistentes sociais, no exercício profissional, em atividades alheias à sua formação e às competências e atribuições privativas expressas na Lei que Regulamenta a Profissão (Lei 8.662/1993) e o crescimento da prática do trabalho voluntário, reconhecido e estimulado em todos os países pelos organismos internacionais e governos nacionais e que tem sido reconhecido no meio profissional como quesito para “adensar” o currículo, especialmente dos assistentes sociais recém-formados que ainda não possuem experiência profissional.

Considerando que as condições concretas para o trabalho profissional estão cada vez mais tensionadas pela conjuntura macroeconômica e, conseqüentemente, pelas alterações no campo da política social, uma questão precisa ser colocada: a formação profissional dos assistentes sociais tem sido orientada para enfrentar criticamente essa realidade e produzir respostas que possam enriquecer a contribuição do Serviço Social para a conquista e efetivação dos direitos sob o ponto de vista da classe trabalhadora?

Cabe ainda questionar se a categoria profissional tem conseguido enfrentar/romper com algumas determinações históricas que compõem a cultura profissional. Estamos falando de uma profissão que “[...] nutre um descaso pela formação teórico-metodológica rigorosa, como resultado da influência da Igreja Católica na formação profissional [...]. A resultante é a vigência de uma determinada concepção de teoria, esta sim, sem correspondência com a prática: teoria como dogma, de um lado, e teoria que vise a uma mudança imediata, ou teoria de resultados, de outro”; ainda presenciamos a ideia de que por ser uma profissão interventiva “[...] sua particularidade está em oferecer respostas instrumentais, ou seja, que sejam capazes de alterar o cotidiano dos usuários, e de operar mudanças ainda que paliativas, imediatas, respostas de caráter reformista-integrador, cujo substrato teórico são as correntes de base positivistas (estrutural funcionalista, sistêmica ou holismo) [...]”; profissão muitas

vezes “[...] confundida com vocação, prática de ajuda e/ou militância, de caráter profundamente idealista, pautada em valores anticapitalistas românticos e profundamente humanistas cristãos; profissão cuja intervenção se dá no âmbito da chamada ‘questão social’, a qual, em muitos momentos é tratada como questão moral ou problema de administração técnica, e, atualmente, a questão social volta a ser tratada como ‘caso de polícia’ [...]”; [...]“profissão que tem como espaços sócio-ocupacionais as políticas sociais, as quais atribuem um determinado ordenamento e uma determinada configuração à intervenção profissional” (GUERRA, 2011, p. 6 - 7).

Algumas hipóteses precisam ser levantadas na tentativa de explicar como o caldo cultural da profissão se reatualiza e se combina com a expansão da assistencialização³, - que reduz a proteção social à assistência social e promove a ampliação de programas de combate à miséria, também submetidos às políticas dos organismos internacionais. Ao que parece, esse mesmo processo que tem aumentando as chances dos assistentes sociais se inserirem no mercado de trabalho, contraditoriamente, tem contribuído para o aprofundamento da precarização, que reforça situações de instabilidade, ausência de vínculo, diferentes formas de contratação e baixos salários⁴.

BEHRING (2009) ao analisar as condições contemporâneas para o exercício profissional no âmbito da política social irá nos mostrar rebatimentos tanto no que se refere ao espaço físico, quanto no que diz respeito a uma tendência de redefinição do próprio trabalho profissional.

Do ponto de vista físico, há toda sorte de dificuldades, no âmbito da implementação de políticas pobres para os pobres, focalizadas e residuais, considerando o (des)financiamento em curso e a concepção focalista em vigor. Assim, convive-se com salas sem condições de sigilo, móveis antigos, ausência de equipamentos e de condições de registro, falta de manutenção, material de consumo e de investimento em bens de capital e equipamentos. Ao lado disso, tem-se a tendência de redefinição do próprio trabalho profissional, reduzido ao plantão de emergência, à ambulância que tenta salvar as vítimas do ajuste e ao monitoramento da terceirização do trabalho desprofissionalizado, realizado junto aos usuários por ONGs e congêneres. (BEHRING, 2009, p. 317).

³ Cf. MOTA, A. E. **Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

⁴ Dados apresentados pelo Coordenador da Gestão do Trabalho no SUAS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome) durante o Seminário alusivo ao dia do Assistente Social na cidade de Montes Claros (MG) (2013), indicam que os assistentes sociais são os profissionais em maior número atuando no Sistema Único da Assistência Social (aproximadamente 30 mil assistentes sociais trabalhando em CRAS, CREAS e nas gestões municipais). Contudo, dados gerais sobre os trabalhadores do SUAS evidenciam que mais de 50% destes não possuem vínculo empregatício permanente, o que inclui os assistentes sociais.

Entendemos que a intervenção profissional não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de restringir a ação profissional à ‘gestão da pobreza’ sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante, entretanto a dinâmica cotidiana, marcada pelo atual movimento do capital e sua interferência no campo da política social, nem sempre garante o tempo necessário para que os profissionais possam estudar e refletir tendo como finalidade desenvolver projetos de coletivização das demandas e organização política dos usuários.

Nesse contexto, as condições concretas para o trabalho profissional estão cada vez mais tensionadas pela ampliação de serviços e demandas, mas sem a correspondente designação de recursos materiais, financeiros e humanos necessários à manutenção da qualidade do que é prestado à população usuária. Isso acaba impactando nas condições [éticas e técnicas] para o exercício profissional, pois as instituições sociais são mediações fundamentais para a participação do Serviço Social no atendimento das demandas incorporadas pelas políticas sociais. Tem-se, portanto, repercussões para as relações de trabalho dos/as assistentes sociais, como também para o exercício de suas atribuições, o que irá repercutir diretamente nos serviços prestados (CFESS, 2012, p. 19).

Assim, se a base de sustentação funcional-ocupacional do assistente social, ou seja, a política social, tende a ser significativamente golpeada neste processo, requisitando um profissional que se adapte às exigências do mercado e de suas configurações, identificamos como tendência que a formação profissional seja direcionada para a modelação de um outro perfil profissional diferente daquele sistematizado nas Diretrizes Curriculares de 1996 formuladas pela ABEPSS, que trataremos a seguir.

O que esse redirecionamento pretende é mobilizar profissionais que operam o projeto de gestão da pobreza (e não do seu combate ou erradicação) que vem de cima, que o reitera junto a indivíduos e famílias – para as quais se transfere cada vez mais responsabilidades de reprodução e cujo produto é o acesso ‘feliz’ a políticas minimalistas e medíocres, a exemplo das políticas de transferência de renda em curso no Brasil que estão a anos luz de propiciar qualquer processo redistributivo, embora tenham impacto imediato importante na vida das populações pobres, propiciando inclusive bases de legitimidade para o projeto em curso. (BEHRING, 2009, p. 317).

Diante deste quadro e partindo do pressuposto de que a natureza da educação – como tantas outras coisas essenciais nas sociedades contemporâneas – está vinculada ao

destino do trabalho⁵, a questão a ser problematizada é a produção de profissionais em massa e com conteúdos banalizados.

Reforçamos a hipótese de que colada às atuais requisições da política social - minimalista e focalizada está a expansão de um projeto de formação profissional que não expressa as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e que tem como seu maior expoente a graduação à distância. Ao que parece, a descoberta do curso de Serviço Social como nicho de valorização relaciona-se a uma demanda do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes na contemporaneidade. Não parece mera coincidência que a expansão da formação profissional em Serviço Social pela via do EaD venha acontecendo concomitante à desqualificação dos padrões de atendimento às expressões da questão social.

A descoberta do curso de Serviço Social como nicho de valorização relaciona-se a uma demanda do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes no neoliberalismo. Trata-se de produzir uma preparação para as requisições de mensuração e gestão/controla dos pobres. Nesse contexto, não se requisita o perfil das diretrizes curriculares [...] Ao contrário, o que se requisita é *um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza* [...]. (CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO, 2010, p. 6, grifos nossos).

O fato é que os mesmos documentos do Banco Mundial e do governo brasileiro que apontam a expansão da graduação à distância enquanto principal estratégia para a política de ensino superior nos países de economia dependente, destinada especialmente para os segmentos mais empobrecidos da população, também indicam a necessidade da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas demais políticas sociais e reforçam o seu caráter focalizador, elementos que certamente irão tensionar a formação profissional em Serviço Social, visto que majoritariamente os profissionais estão atuando, seja na gestão, no controle social ou na execução direta dessas políticas.

[...] A iniciativa privada operando por meio do mercado é o principal motor do crescimento econômico sustentado. Mas manter esse motor funcionando e garantir que ele impulse a redução da pobreza exigem um Estado ativo e duas áreas-chaves. Primeiramente, o governo precisa garantir que o clima de

⁵ Um sistema que se apoia na separação entre trabalho e capital, que requer a disponibilidade de enorme massa de força de trabalho sem acesso aos meios de sua realização, necessita, ao mesmo tempo, socializar os valores que permitem a sua reprodução. Se no pré-capitalismo a desigualdade era explícita e assumida como tal, no capitalismo – a sociedade mais desigual de toda a história -, para que se aceite ‘que todos são iguais perante a lei’ se faz necessário um sistema ideológico que proclame e inculque cotidianamente esses valores na mente das pessoas (MÉSZÁROS, 2009, p. 16).

investimento seja propício ao crescimento [...] Segundo, o governo precisa investir nas pessoas e empoderá-las, especialmente as de baixa renda. (BANCO MUNDIAL, 2004, p.5, grifos nossos).

A disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação pode ampliar significativamente a eficácia das políticas públicas. É necessário reforçar o monitoramento e o controle de diferentes fenômenos naturais e de impactos sociais; a prestação de serviços à distância; a disseminação de informações; a formação de banco de dados, inclusive georeferenciados; e o desenvolvimento de trabalhos integrados em redes. (BRASIL, 2002, p. 75).

Sabe-se que a maior parte das vagas ofertadas para os cursos de Serviço Social tem ocorrido através da graduação à distância. Observamos que a UNOPAR tem sido responsável, sozinha, pela oferta de 21150 vagas anuais para o curso de Serviço Social. Dados organizados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2013) – Tabela 1 - indicam o crescimento do número de bacharéis formados à distância com registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e, conseqüentemente, devidamente habilitados para o exercício profissional.

Tabela 1 – Inscrição dos profissionais graduados à distância nos Conselhos Regionais de Serviço Social do Brasil⁶

CRESS	TOTAL INSCRITOS ATIVOS	TOTAL INSCRITOS EAD ATIVOS	% INSCRITOS ATIVOS EAD
CRESS 1ª Região /PA	-	-	-
CRESS 2ª Região /MA	2825	683	24,18
CRESS 3ª Região /CE	4762	926	19,44
CRESS 4ª Região /PE	3966	-	-
CRESS 5ª Região /BA	8666	3297	38,04
CRESS 6ª Região /MG	14048	2424	13,01
CRESS -- 7ª Região/RJ	13013	498	3,83
CRESS -- 8ª Região/DF	-	-	-
CRESS -- 9ª Região/SP	28871	1598	5,53
CRESS - 10ª Região/RS	6111	-	-
CRESS - 11ª Região/PR	6519	333	5,11
CRESS - 12ª Região/SC	4200	466	11,09
CRESS - 13ª Região/ PB	3219	286	8,88
CRESS -14ª Região/RN	-	-	-
CRESS - 15ª Região/AM	4447	675	15,18
CRESS - 16ª Região/AL	2889	502	17,38

⁶ Observa-se pela Tabela 1 que nem todos os Conselhos Regionais responderam ao levantamento do CFESS, o que indica, certamente, que tanto o número total de inscritos, quanto o número de inscritos ativos oriundos do EaD é ainda maior.

CRESS - 17ª Região/ES	4363	556	12,74
CRESS - 18ª Região/SE	-	-	-
CRESS - 19ª Região/GO	2641	647	24,50
CRESS - 20ª Região/MT	2460	843	34,27
CRESS - 21ª Região/MS	-	-	-
CRESS - 22ª Região/PI	2134	373	17,48
CRESS - 23ª Região/RO	2139	682	31,88
CRESS - 24ª Região/AP	659	24	3,64
CRESS - 25ª Região/TO	1234	619	50,16
TOTAL	119.166	15.432	12,95

Fonte: CFESS, 2013

Em 2005 o CFESS registrava a presença de cerca de 61000 assistentes sociais aptos a desenvolver suas atividades profissionais. Em 2013, o universo total de inscritos nos CRESS chegou a um número certamente superior a 119166, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 100% do contingente profissional num intervalo de apenas 8 anos; aumento esse potencializado pelos cursos de graduação à distância. Esse crescimento exponencial pode constituir, de um lado, o que Yamamoto (2007) chamou de exército assistencial de reserva, o que contribui para o rebaixamento dos salários da categoria profissional e para precarização ainda maior das condições de trabalho. De outro lado, pode-se constituir um perfil profissional sem condições de atender as competências e atribuições profissionais, neste caso, as relativas a Lei de Regulamentação da Profissão e aos princípios e valores expressos no Código de Ética Profissional.

O perfil profissional tem sido o elo fundamental que liga a formação profissional ao Projeto Ético Político hegemônico no Serviço Social brasileiro. Nesse sentido, a reafirmação da *direção social estratégica da profissão* (NETTO, 1996) pressupõe a reprodução, através da formação profissional, de um determinado perfil profissional. Assim, para a presente análise, foi priorizada como parâmetro de qualidade, a concepção de formação expressa nas Diretrizes Gerais da ABEPSS⁷.

O projeto de formação profissional defendido de forma hegemônica pelo Serviço Social brasileiro expressa a visão de homem e de mundo fundada na ontologia do ser social (teoria crítica). Expressa ainda a vinculação do projeto de formação e profissão a um projeto de sociedade (princípio ético fundamental: “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem

⁷ Cf. Cadernos ABESS n. 3, São Paulo: Cortez, 1995 (1ª reimpressão) e Cadernos ABESS n. 4, São Paulo: Cortez, 1991.

dominação, exploração de classe, etnia e gênero”). Expressa também uma determinada concepção de universidade. Ou seja, uma universidade pública, gratuita, laica, presencial e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional. Direcionada para preservar, no ambiente universitário, a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão e assegurar a liberdade didática, científica e administrativa para produzir e difundir conhecimentos -, e realizar a sua crítica -, voltados aos interesses das maiorias: uma universidade que seja um centro de produção de ciência, de tecnologia, do cultivo das artes e das humanidades; também uma instituição voltada à qualificação de profissionais com alta competência, para além das necessidades do capital e do mercado (IAMAMOTO, 2007).

Nesse sentido, são pressupostos para a formação profissional dos assistentes sociais a compreensão de que: 1) O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista; 2) A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico da sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho; 3) O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela “reforma” do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho; 4) Os processos de trabalho, nos quais estão inseridos os assistentes sociais, são determinados pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABESS/CEDEPSS, 1996). Importante ainda ressaltar, sob a luz das Diretrizes, os princípios que orientam os referidos pressupostos da formação profissional: 1) Flexibilidade da organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e/ou outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo; 2) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e

desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; 3) Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; 4) Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; 5) Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação entre teoria e realidade; 6) Padrões de desempenho e qualidade idênticos para os cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aula de atividades nestes últimos; 7) Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; 8) Indissociabilidade nas várias dimensões de ensino, pesquisa e extensão; 9) Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; 10) Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular; 11) Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABESS/CEDEPSS, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões e dados apresentados se configuram em resultados preliminares que podem indicar que o EaD no Brasil não possibilita a formação necessária ao profissional de Serviço Social. A materialização do projeto de formação profissional, defendido hegemonicamente pela categoria profissional, não pode ser viabilizada na modalidade EaD, pelas características expostas acima. Técnicas e invenções pedagógicas que combinem tecnologia e interatividade podem e devem ser suporte ao processo de ensino-aprendizagem presencial, mas não substituem, de forma alguma, o diálogo, o encontro, a pesquisa, a extensão, a orientação, a supervisão direta de estágio e a organização política dos sujeitos participantes do processo educacional, caso contrário a educação, compreendida enquanto processo formativo, estará cada vez mais distante do perfil profissional pretendido pelas diretrizes curriculares construídas democraticamente no interior da categoria profissional.

Além disso, a educação implica processos pessoais e sociais de relação entre o ensinado e o aprendido e a realidade vivida, no contexto cultural situado, produzindo pessoal e coletivamente a existência social e individual. A riqueza que os ambientes

universitários podem proporcionar em termos de socialização é difícil de ser reproduzida em ambientes virtuais. O ambiente potencial de convívio e de troca de experiências pessoais e coletivas, do conhecimento tácito, apresenta-se como uma realidade difícil de ser recriada (CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO, 2010).

As atividades que se referem à formação e ao exercício da profissão se realizam na vida concreta dos sujeitos, na dinâmica da vida social. Esse processo só pode ser construído, compreendido e reformulado na vivência e ação direta entre seus partícipes. Não cabem abstrações ou suposições pré-concebidas em ambientes virtuais para situações emergentes e contraditórias, que tem repercussão direta e rápida na vida dos usuários. Certamente, no ambiente presencial, ainda que com suas limitações, garante-se o direito aos estudantes de orientação responsável para seu futuro exercício pautado no Projeto Ético-Político do Serviço Social, cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO, 2010).

Não obstante, faz-se necessário continuar o desenvolvimento da pesquisa para que possamos nos aproximar, de forma mais aprofundada, das respostas às questões colocadas: Qual o perfil profissional pretendido pelos cursos de graduação à distância? Há relação entre a expansão da formação profissional e o crescimento do mercado de trabalho? Quais as requisições do atual mercado de trabalho para o assistente social? Como tem acontecido a inserção dos assistentes sociais na política social?

Será necessário seguir na interpretação marxista do objeto, na tentativa de apanhar dos traços particulares de seu desenvolvimento aquilo que é expressão das leis tendenciais macroscópicas que determinam tais particularidades num dado momento histórico, o que permitirá apanhar os elementos do trabalho e da formação profissional em Serviço Social.

Esse esforço analítico possibilitará buscar os fios capazes de reproduzir, no plano da teoria, o movimento social real do objeto, experimentado empiricamente, no evoluir do modo de ser e dos rumos tomados pelo Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e redução da pobreza:** reflexão e perspectiva. Washington: Banco Mundial, 2004.

BEHRING, E. Política social no contexto da crise capitalista. *In:* SERVIÇO Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS: 2009.

BRASIL. **Livro Branco:** Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília (DF), 2002.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** 1. ed. ampl. Brasília (DF): CFESS, 2012.

CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social.** Brasília (DF): CFESS, 2010.

GUERRA, Y. O Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro frente às demandas do ensino superior. *In:* SIMPÓSIO REGIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, 4., 2011 e XIX SEMANA ACADÊMICA DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2011. **Anais...** Toledo: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNOESTE – Campus Toledo), 2011.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. *In:* CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** 1. ed. ampl. Brasília (DF): CFESS, 2012.

MÉSZAROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17., n. 50, 1996.